

IMPACTOS DO IDEB NA GESTÃO DA EDUCAÇÃO NA ESFERA MUNICIPAL

Roberta Bellinato

Diretora Escolar – Prefeitura de Taboão da Serra

be_nato@yahoo.com.br

Ailton Conde Jussani

MBA Gestão Empresarial na Fundação Instituto de Administração - FIA

ailtoncj@uol.com.br

Resumo: Apesar das políticas e metas expressas no Plano Nacional da Educação (PNE) no Brasil ainda é recente a utilização dos resultados de avaliações externas para propor mudanças no cotidiano das escolas, na sala de aula ou formação de professores. Um destes instrumentos é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). O presente estudo tem por objetivo identificar os impactos que os resultados do IDEB têm na gestão da educação municipal. Essa pesquisa qualitativa e descritiva se fundamenta em revisão bibliográfica, dados de portais oficiais, análise de legislação e experiência na educação pública dos autores. Os dados analisados apontam que a responsabilidade por resultados deve ser compartilhada, envolvendo todas as esferas de governo, os profissionais e comunidade escolar. Mesmo que se evidencia que a maioria dos municípios apresentou avanços nos resultados do IDEB após a divulgação, sugerindo que as ações desenvolvidas favoreceram tal crescimento, tais como o estímulo a participação da sociedade, não pode ser desconsiderado que aumenta a competição e o “ranking” entre as escolas, rotulando as instituições sem considerar o contexto, pois, autores sugerem que o capital cultural dos alunos é fator relevante no desempenho nos testes, e conseqüentemente, influencia na média mais alta de algumas escolas e redes. Porém alguns autores sopesam que a oferta de incentivo financeiro às escolas e ou funcionários de acordo com resultado satisfatório dos alunos em avaliações externas, pode tanto estimular a produtividade como transformar o ensino em mercadoria. Conclui-se que o IDEB pode ser “grande mobilizador” de ações na educação, impulsionando transformações no interior das escolas e nas ações políticas educacionais dos municípios. Contudo, este estudo não tem a pretensão de esgotar a questão das implicações do IDEB na gestão municipal da educação e muitos pontos devem ser aprofundados.

Palavras-chave: Educação básica; Gestão Municipal; Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB); Avaliações externas, qualidade da educação.

Abstract: Despite the policies and goals expressed in the National Education Plan (PNE) in Brazil, it is still recent using the results of external evaluations to propose changes in the daily life of schools, in the classroom or in teacher training. One of these instruments is the Basic Education Development Index (IDEB). The present study aims to identify the impacts that the IDEB results have on the management of municipal education. This qualitative and descriptive research was based on bibliographic review, official statistics, analysis of legislation and the experience in the public education of authors. The data analyzed indicate that responsibility for results should be shared, involving all levels of government, professionals and the school community. Even though it is evident that most municipalities presented advances in the results of the IDEB after the disclosure, some aspects should be marked. The actions developed favored this observed growth, such as encouraging the participation of society in the process.

Nevertheless, it cannot be disregarded that it increases the competition and the "ranking" between the schools, labeling the institutions without considering the context. Some authors also suggest that the cultural capital of the students is a relevant factor in the performance in the tests, and consequently, influences the higher average of some schools (for example: the ones of the private education system). However, some authors argue that the provision of financial incentives to schools and / or employees according to students' satisfactory results in external evaluations can both stimulate productivity and turn teaching into commodity. It was concluded that the IDEB could be a "great mobilizer" of actions in education, promoting transformations within the schools and in the educational policies of the municipalities. However, this study does not attempt to exhaust the question of the implications of the IDEB on the municipal management of education and many points must be further investigated.

Keywords: Basic education; Municipal Management; Basic Education Development Index (IDEB); External evaluations, quality of education.

INTRODUÇÃO

A qualidade na educação é temática recorrente nos debates acadêmicos e políticos atuais. Recentemente foi sancionada a Lei Nº 13005 que formalizou a discussão do Plano Nacional da Educação (PNE) apontando metas educacionais a serem atingidas pelo Brasil até 2024. Estas constituem parâmetros para a elaboração dos Planos Estaduais de Educação (PEE) e Planos Municipais de Educação (PME), onde também se configuram discussões sobre a melhoria da qualidade da educação.

Alinhar e construir parcerias entre as esferas administrativas visando tal qualidade constitui-se um desafio quando falamos de um território tão extenso e permeado por diferenças culturais e desigualdades econômicas acentuadas, como é o Brasil.

Questões educacionais relacionadas ao acesso e permanência dos alunos nas escolas já avançaram significativamente quando olhamos a história da educação brasileira, contudo, a questão da qualidade do ensino oferecido ainda é um problema a ser resolvido. A Constituição Federal 1988 traz a prerrogativa de que todas as crianças têm direito a uma educação de qualidade, mas ainda temos um longo caminho a percorrer.

Diante da tarefa de se harmonizar objetivos educacionais por toda federação em 2005 surgiu a necessidade de saber como estava a situação atual do país neste quesito. Tornou-se, então, fundamental diagnosticar em que ponto estava a aprendizagem dos alunos em cada uma das escolas, nos municípios e estados brasileiros.

Considerou-se que a qualidade do serviço educacional ofertado à população poderia ser aferida tendo como referência a aprendizagem de conteúdos e desenvolvimento de habilidades

nos alunos. Mas para tal aferição, fez-se necessário a construção de um instrumento. Desta forma, institui-se o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Os resultados nacionais do IDEB apontam que existem diferenças entre a educação oferecida em cada região, estados e municípios, revelando elementos importantes para o diagnóstico dos sistemas de ensino bem como de suas escolas.

Interessante pontuar que, em muitos momentos, este indicador acabou fundindo-se à identidade da própria escola, passando a ser o atributo representante da imagem da escola pelos próximos dois anos, pois esta avaliação nacional é bienal.

Partindo das diversas conexões que este indicador pode assumir com as escolas, considera-se o contexto escolar um lugar privilegiado para elucidar alguns impactos do IDEB, seus efeitos positivos e ou negativos. As vozes dos servidores públicos (professores, gestores e técnicos) podem auxiliar a identificação destes impactos, apontando desdobramentos decorrentes da relação deste indicador com as escolas e com as Secretarias de Educação Municipais.

É justamente nesta perspectiva que está situado este trabalho, o qual pretende responder a seguinte questão: quais os impactos que os resultados do IDEB podem causar na gestão da educação municipal?

Neste sentido, o objetivo geral deste trabalho constitui-se em: identificar os impactos que os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica têm na gestão da educação municipal. Para tanto, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- Identificar ações desenvolvidas ou aprimoradas no âmbito da Secretaria de Educação diante dos resultados obtidos pelos alunos da rede municipal na Prova Brasil;
- Identificar ações desenvolvidas em âmbito escolar diante dos resultados dos alunos na Prova Brasil;

As análises destes dois contextos aliada à reflexão dos efeitos positivos e ou negativos do IDEB no tocante a melhoria da educação, podem fornecer subsídios para a discussão sobre a política de avaliação da educação básica no Brasil.

A escolha por este objeto de pesquisa, não se deu apenas pela sua relevância para a área de políticas educacionais. A pesquisadora (um dos autores) acredita que os saberes construídos ao longo deste estudo corroborarão para a reflexão crítica de seu campo de atuação profissional, pautado na área da educação pública.

DESENVOLVIMENTO

Desde os anos 90 o Brasil vem desenvolvendo de maneira regular seu Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Em 2005 este sistema foi reformulado, passando a ser constituído por duas avaliações: a Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb), de perfil amostral, e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc), conhecida como Prova Brasil, de perfil censitário, que acontece a cada dois anos cujo objetivo é avaliar a qualidade das escolas e das redes de ensino brasileiras.

A ênfase nas avaliações externas está presente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que estabelece como incumbência da União “assegurar o processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental [...]” (art.9º, IV) além de apontar que o Distrito Federal, Estados e Municípios, e, supletivamente, a União, tem “o dever de integrar todos os estabelecimentos de ensino fundamental do seu território ao sistema nacional de avaliação do rendimento escolar (art. 87, IV, § 3º)”.

De acordo com o INEP (2015) o objetivo central das avaliações nacionais relaciona-se à melhoria da qualidade da educação, além da universalização do acesso à escola. Por meio destas avaliações são constituídos subsídios concretos para a formulação, reformulação e o monitoramento das políticas públicas voltadas para a Educação Básica.

Contudo, para atingir tal objetivo de subsidiar reformulações e intervenções nas políticas públicas educacionais pelo Brasil afora, dados amostrais podem tornar-se insuficientes, já que não representam parcela significativa da população, sendo seus resultados um tanto gerais. Fernandes (2007) nos chama a atenção para a forma de utilização dos dados amostrais na implantação de políticas, pois existem limitações dos dados amostrais para representar um país, sendo difícil que esta medida de desempenho geral seja aplicável às especificidades das escolas e redes de ensino.

Tem-se, então, a importância de se diagnosticar as singularidades da educação das diversas localidades do país visando intervenções que, de fato, melhorem a qualidade da educação. Podemos dizer que tal necessidade foi atendida com a construção de um instrumento de perfil censitário, sendo este o lugar ocupado pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

Instituído pelo Decreto nº 6094/07 este indicador serve para verificação das metas fixadas no Compromisso Todos pela Educação e é referenciado como o indicador oficial para aferir a qualidade da educação básica brasileira.

Conforme a legislação, o cálculo e a divulgação dos resultados serão efetivados periodicamente pelo INEP a partir dos dados sobre rendimento escolar (constantes do Censo Escolar) combinados com o desempenho dos alunos no Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB (composto pela ANEB e Anresc /Prova Brasil).

Fernandes (2007), ex-presidente do INEP, conceituou o IDEB como um instrumento que visa articular o fluxo escolar (reprovação) com a aprendizagem efetiva dos alunos, de forma que a escola tenha que conduzir satisfatoriamente estes dois itens para conseguir atingir sua meta bienal, situação que favorece a qualidade da educação.

Vale explicitar que este indicador é construído por testes padronizados de Língua Portuguesa e Matemática respondidos pelos estudantes de 4^a e 8^a séries do ensino fundamental e 3^o ano do ensino médio e que, na ocasião do exame, são colhidas informações socioeconômicas dos mesmos. Diretores e professores respondem um questionário sobre perfil profissional e de condições de trabalho, porém, estes indicadores sociais e culturais não são utilizados para a composição do indicador, o que já causou muita discussão nos meios acadêmicos.

Alguns autores sugerem que o capital cultural dos alunos é fator relevante no desempenho nos testes, e conseqüentemente, influencia na média mais alta de algumas escolas e redes. Almeida, Dalben e Freitas (2013) concordam com esta ideia apontando que a eficácia da escola não pode ser avaliada por um único indicador com testes padronizados, sendo que existem muitas variáveis que influenciam o trabalho, e conseqüentemente, a qualidade da escola.

Mesmo diante de sua natureza insuficiente para avaliar a complexidade do fenômeno educativo, este indicador vem, crescentemente, sendo utilizado por nossa sociedade. A divulgação dos resultados de cada uma das escolas e das redes de ensino, por meio de jornais e internet, sem dúvida é um ganho quando pensamos em transparência do serviço público. Mas, não se pode negar as interpretações distorcidas decorrentes, que em muitos casos, acabam por penalizar a própria escola e não avaliam política pública na qual está inserida.

No âmbito da gestão da política educacional nacional, observa-se que os resultados das avaliações externas, como a Prova Brasil (IDEB) recentemente subsidiaram a construção do Plano Nacional de Educação (PNE), e paulatinamente, são utilizados na construção de Planos Estaduais e Municipais de Educação, buscando-se alinhar os objetivos nacionais da nação.

No campo das políticas locais, Machado, Bravo e Alavarse (2012) apontam que a política nacional de avaliação tem implicações nas políticas públicas locais. Estes autores citam, por exemplo, a criação de sistemas de avaliação externa nas esferas estaduais e municipais, mudando a forma como as Secretarias de Educação acompanham sua rede de ensino, ou seja, uma mudança nas diretrizes educacionais locais.

Contudo, no Brasil ainda é recente a utilização dos resultados destas avaliações para propor mudanças no cotidiano das escolas, na sala de aula ou formação de professores (CASTRO, 2009). Alguns autores, entre eles, Machado (2013), afirmam que as avaliações externas aos poucos estão se aproximando do cotidiano das escolas, causando impactos na gestão das mesmas. Neste sentido, atualmente são encontradas algumas pesquisas demonstrando que as escolas modificam suas rotinas e formas de ensinar após os resultados em avaliações externas, como apontam os estudos de Mesquita (2012) no Rio de Janeiro.

Nos estudos sobre o IDEB, observa-se que muitas transformações ocorridas nas escolas e nas redes de ensino tiveram como fator relevante o processo de responsabilização pelos resultados. Nota-se que este sentimento de responsabilização acaba por movimentar as escolas e bem como as políticas educacionais locais, situação esta que conduz à revisão de diretrizes políticas e práticas pedagógicas. A responsabilização como elemento inerente à divulgação do IDEB foi apontada por Neto (2010), alertando que se deve esta responsabilidade deve ser compartilhada, envolver as esferas de governo, profissionais e comunidade escolar.

Dentre os estudos que identificam alguns impactos do IDEB tanto em âmbito escolar como no campo da política educacional das esferas administrativas, observa-se que muitos destes impactos foram categorizados por seus pesquisadores como positivos ou negativos, no tocante ao aprimoramento da qualidade da educação.

Entre os efeitos positivos do IDEB encontramos o fato de que este indicador pode servir como parâmetro que mobiliza ações para a melhoria do espaço escolar (Neto, 2010), além de estimular a participação da sociedade perante o poder público para instaurar mudanças significativas para o aprendizado dos alunos.

Por outro lado, no que se refere aos impactos negativos, podemos citar alguns autores. Freitas (2007), de Paz e Raphael (2010) apontam a competição e o “ranking” entre as escolas como fator que rotula as instituições. Soares e Xavier (2013) afirmam que a classificação entre as escolas é mais punitiva que formativa. Duarte (2013) discute que este indicador não dá conta da singularidade e complexidade dos contextos escolares avaliados. Ainda, pode-se

dizer que impactos como o prejuízo na formação continuada dos professores para ensiná-los a “treinar” seus alunos para a realização das provas em detrimento da formação pedagógica, também foram apontados por Santana e Rothen (2015).

No que se refere à qualidade da educação, Freitas (2007) enfatiza que os resultados das avaliações externas podem conduzir ao risco da “ocultação” da má qualidade da educação, por meio da alta na proporção de aprovação dos alunos com defasagem, avaliação parcial dos conteúdos (apenas de Língua Portuguesa e Matemática) em detrimento das outras matérias e das metas distantes a serem atingidas apenas em 2024. Sobre este último, observa-se que uma das metas do Plano Nacional de Educação é que a média nacional do IDEB seja 6,0 até 2022, sendo esta a média que corresponde a um sistema educacional de qualidade dos dias atuais em países desenvolvidos, mas que até lá será inferior aos mesmos, continuando o Brasil em defasagem.

Enfim, os impactos do IDEB identificados pelos autores no tocante à gestão das escolas e esferas administrativas, são relevantes no sentido que elucidam elementos fundamentais para o sucesso do trabalho educativo. Estes precisam ser percebidos de forma crítica e não passiva pelos sujeitos envolvidos, visando, de fato, a melhoria da qualidade da educação.

Para atender este objetivo, foi realizado um estudo exploratório cuja finalidade foi levantar informações sobre a relação entre este indicador educacional e a gestão municipal. O trabalho foi desenvolvido sob a abordagem qualitativa dos dados buscando elucidar quais mudanças aconteceram nestes contextos e não a frequência com que ocorreram, preocupando-se com o processo e não simplesmente com os resultados ou produto (Godoy, 1995).

A opção pelo enfoque qualitativo justifica-se diante do objeto de estudo, que visa avaliar em que medida o IDEB contribui para o desenvolvimento de ações de melhoria da educação, sendo fundamental conhecer profundamente os aspectos qualitativos destes efeitos.

A identificação destes impactos foi desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica, com base em revisão da Literatura já produzida sobre o tema, possibilitando a visão mais ampla sobre a questão. Gil (2010) aponta que a pesquisa bibliográfica traz a vantagem de permitir que o pesquisador acesse um conjunto de fenômenos muito mais amplo do que poderia pesquisar diretamente na realidade, utilizando-se das contribuições de vários autores.

Neste estudo, a pesquisa bibliográfica revelou-se como estratégia de pesquisa essencial possibilitando o acesso do pesquisador a alguns impactos do IDEB em diferentes

contextos educacionais além do conhecimento de detalhes sobre a dinâmica e processos envolvidos de cada um deles.

Foram utilizadas pesquisas realizadas em escolas das seguintes cidades: Itápolis (SP), Rio de Janeiro (RJ), São Gonçalo do Amarante e Sobral (CE) e Teresina (PI), totalizando cinco cidades. Estas foram publicadas entre 2010 e 2013, período pertinente à natureza deste objeto de estudo, contendo elementos desde 2005, ano do primeiro IDEB no Brasil.

Além da situação citada, existem limites impostos pela natureza do objeto de estudo em questão, que por si só é complexo e relacional, não permitindo uma única resposta. Desta forma, não se pretende esgotar a questão, sendo impossível a enumeração de todos os possíveis efeitos que o IDEB pode desencadear no contexto de cada município.

A identificação destes impactos permitirá avaliar se a construção deste indicador educacional estimula o desenvolvimento de ações na esfera municipal fornecendo elementos para uma avaliação mais criteriosa da política educacional atual.

Para este estudo foram selecionadas bibliografias que investigaram fatores que interferem no desempenho dos alunos na Prova Brasil em diferentes cidades, cujos resultados são expressos pelo IDEB. Esta escolha deu-se partindo do pressuposto que os fatores já encontrados por estes pesquisadores podem revelar ações que foram desencadeadas nas escolas e ou nas Secretarias de Educação após a divulgação dos resultados do IDEB, as quais podem ser interpretadas como impactos decorrentes deste indicador.

Neste sentido, foram selecionadas as seguintes bibliografias para coleta de dados descritos na tabela 1 a seguir:

Tabela 1. Trabalhos acadêmicos utilizados na coleta e análise de dados:

TÍTULO	AUTOR	CIDADE	ESTADO
Os resultados do IDEB no cotidiano escolar	Mesquita (2012)	Rio de Janeiro	RJ
Gestão pedagógica em tempos de IDEB	Macêdo (2011)	São Gonçalo do Amarante e Sobral	CE
A inserção do IDEB em escolas de ensino fundamental de Teresina – Piauí: um estímulo para a melhoria da educação?	Rocha (2013)	Teresina	PI
O IDEB e as dimensões associadas à qualidade da educação na escola pública municipal	Chirinéa(2010)	Itápolis	SP

Fonte: Os autores.

Explica-se que para o objeto desta pesquisa não faz diferença se os dados das bibliografias são pautados em resultados de alunos do 5º ano ou 9º ano, considerando que as ações após o IDEB independem do ano que o aluno cursa, por que o que se pretende analisar aqui são as instituições e não os alunos.

Destaca-se, contudo, quais períodos foram considerados nos trabalhos citados, para relacioná-los aos progressos no IDEB das cidades. A tabela 2 a seguir apresenta os anos e as metas projetadas pelo governo para cada rede de ensino pesquisada.

Tabela 2. Evolução do IDEB por cidades/ano:

MUNICÍPIO	Ano	IDEB PROJETADO					METAS ALCANÇADAS			
		2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013
Itápolis (S.P)	5º ano	6,3	8,1	6,7	7,0	7,3	6,4	6,7	6,9	7,1
Rio de Janeiro (R.J.)	8º ano	3,7	4,3	3,6	4,4	4,4	3,8	3,9	4,2	5,0
São Gonçalo do Amarante (CE)	5º ano	3,8	4,5	4,7	5,1	4,9	3,9	4,2	4,6	4,9
Sobral (CE)	5º ano	4,0	4,9	6,6	7,3	7,8	4,0	4,4	4,8	5,0
Teresina (PI)	5º ano	4,2	4,4	5,2	5,2	5,0	4,3	4,6	5,0	5,3

*Em destaque, anos analisados nos trabalhos acadêmicos.

Fonte: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>

Observa-se que a maioria dos municípios apresentou avanços nos resultados do IDEB após a divulgação de 2005 e nos anos em que a pesquisa aconteceu, sugerindo que as ações desenvolvidas favoreceram tal crescimento, fazendo surgir um lócus de possíveis impactos.

Para a sistematização dos dados, cada cidade será representada por um número como a seguir: Itápolis (1); Rio de Janeiro (2), Sobral (3); São Gonçalo (4); Teresina (5).

Na leitura dos trabalhos foram encontrados impactos similares entre as cidades pesquisadas, mesmo diante de realidades diversas. Observou-se que estes emergiram de duas esferas administrativas do município, a da Secretaria de Educação e das instituições escolares, as quais serão apresentadas separadamente.

Quanto à esfera das Secretarias de Educação Municipais foram encontradas as seguintes ações nos municípios no período posterior ao primeiro IDEB (2005) no quadro a seguir:

AÇÕES NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	1	2	3	4	5
1. Qualificação dos Gestores (Diretor /Coordenador Pedagógico)	X			X	
2. Incentivo financeiro às escolas e ou funcionários de acordo com o resultado dos alunos (em avaliações externas ou outros instrumentos)	X		X	X	X
3. Projetos voltados para Língua Portuguesa e ou Matemática;	X	X	X		X
4. Utilização dos resultados como diagnóstico da aprendizagem na rede	X	X	X	X	X
5. Sansão aos gestores cujas escolas não atingem as metas de aprendizagem					X
6. Utilização de sistemas de avaliação periódica externa aplicada nas escolas municipais para o monitoramento da rede	X		X	X	X
7. Maior proximidade dos técnicos da Secretaria com o contexto escolar			X	X	X
8. Formação continuada de professores	X	X	X	X	X

Fonte: os autores.

A partir deste levantamento, verifica-se que em todas as cidades foram desenvolvidas ações pelas Secretarias partir da divulgação do IDEB, sugerindo que este indicador foi relevante para o diagnóstico geral da situação da aprendizagem das redes escolares, e que a partir deles, as Secretarias criaram ou intensificaram ações para atender o padrão nacional, buscando certa regulação das redes de ensino.

Foram identificadas ações similares entre as diferentes cidades, as quais podem ser consideradas favoráveis para a melhoria da qualidade da educação. Neste sentido, pode-se apontar o aprimoramento de sistemas municipais de avaliação externa, considerando que o monitoramento dos resultados seja uma ação em prol do IDEB, sendo esta situação já descrita por Machado, Bravo e Alavarse (2012) ao afirmarem que a política nacional de avaliação tem motivado a criação de sistemas de avaliação externa os estados e municípios.

Ainda, percebe-se a ênfase na formação continuada de professores e a introdução de projetos pedagógicos nas áreas de Língua Portuguesa e ou Matemática nas matérias avaliadas na Prova Brasil, como ações de incremento ao IDEB. Todavia, apesar de favorecerem seus resultados é preciso que estas ações sejam vistas com cautela para que não corroborem para a “ocultação da má qualidade da educação”, priorizando alguns conteúdos em detrimento de outros (Freitas, 2007).

Foi observado, também, que alguns municípios oferecem incentivo financeiro às escolas e ou funcionários de acordo com resultado satisfatório dos alunos em avaliações externas ou outros instrumentos de verificação da aprendizagem, situação que pode tanto estimular a produtividade como transformar o ensino em mercadoria.

Ainda, na maioria das Secretarias constatou-se um período de maior aproximação de supervisores e ou técnicos da Secretaria à realidade pedagógica das escolas, fato positivo para a articulação de ações educativas municipais. Não foram percebidas posturas das Secretarias que atribuíssem a responsabilização total dos resultados à escola, sendo concebido como um trabalho de parceria, na maior parte delas. Neto (2010) aponta que a responsabilização deve ser compartilhada, envolver as esferas de governo, profissionais e comunidade escolar. Apenas um município, aplicou sanções aos gestores que não atingiram as metas, que em último caso, poderia ser exonerado.

Contudo, nas redes municipais, foram observadas ações que enfatizaram a comparação entre os resultados obtidos pelas escolas, de forma que para algumas esta postura pode ser desestimulante, impactando negativamente o trabalho pedagógico. Esta situação também foi percebida por Freitas (2007), Paz e Raphael (2010) revelando que a competição e o “ranking” entre as escolas como fator que rotula as instituições, trazendo prejuízos.

No âmbito das escolas, foram encontradas algumas ações desenvolvidas após a o conhecimento dos resultados do IDEB descritas no quadro abaixo:

AÇÕES NAS ESCOLAS	1	2	3	4	5
1. Formação de professores na unidade escolar	x	x	x	x	x
2. Adaptação do currículo escolar às habilidades da Prova Brasil	x		x	x	x
3. Práticas que enfatizam o treinamento dos alunos para testes/ simulados	x	x	x	x	x
4. Acompanhamento sistemático da frequência escolar de cada aluno	x	x	x	x	x
5. Intensificação da rotina de avaliação contínua do aprendizado dos alunos	x	x	x	x	x
6. Fortalecimento da parceria com as famílias dos alunos		x			x
7. Utilização de dados para o diagnóstico da situação da aprendizagem dos alunos	x	x	x	x	x
8. Construção de planos de ação específicos para atingir o IDEB	x		x		x
9. Mobilização da comunidade escolar para desenvolver o trabalho	x	x	x	x	x
10. Instauração de grupos de reforço extraclasse para os alunos com dificuldade			x	x	x

Fonte: os autores.

Observando os dados, percebe-se que as escolas utilizaram os resultados do IDEB como forma de diagnóstico da situação da aprendizagem dos alunos, revelando que as avaliações externas podem auxiliar na análise do cotidiano escolar. Machado (2013) lembra que as avaliações externas estão se aproximando do cotidiano das escolas, causando impactos em sua gestão.

Algumas ações foram similares nas escolas estudadas, como: reuniões voltadas para a formação de professores; maior preocupação com o acompanhamento da frequência escolar de cada aluno; intensificação de sistemas de avaliação contínuas na escola e a utilização de simulados que “treinam” os alunos para testes e gabaritos, aproximando-se ao modelo da Prova Brasil. Alguns autores, como Santana e Rothen (2015) alertam que a formação continuada dos professores com o objetivo de ensinar os alunos a “treinar” para a realização das provas pode ter prejuízo na formação pedagógica dos professores.

Em algumas houve a adaptação curricular aos conteúdos da Prova Brasil; grupos de reforço extraclasse e a construção de planos de ação específicos para o IDEB, ações que podem influenciar positivamente no desempenho dos alunos nesta avaliação.

De maneira geral, pode-se dizer que os resultados do IDEB estimularam a reflexão das escolas sobre suas questões pedagógicas valendo-se da mobilização de todos para atingir as metas desejadas, utilizando a Prova Brasil como um parâmetro de trabalho e como motivação para superar falhas. Mesquita (2012) afirma que as escolas modificam suas rotinas e formas de ensinar após ter ciência de seus resultados em avaliações externas.

Contudo, não se pode dizer que uma avaliação externa ou o IDEB pode ser considerado como o único elemento motivador das transformações educativas, como alerta Machado, Bravo e Alavarse (2012). Nem que ele é o melhor indicador de qualidade na área educacional, pois este não dá conta da singularidade e complexidade dos contextos escolares avaliados (Duarte, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do trabalho, foi observado que o IDEB gerou inúmeras ações nas municipalidades. Diante disto, é possível caracterizá-lo como um “grande mobilizador” de ações na educação, impulsionando transformações no interior das escolas e nas ações políticas educacionais dos municípios. Partindo do pressuposto que é preciso reflexão contínua e ação para a melhoria da educação, pode-se afirmar que o IDEB contribui para a qualidade dos serviços educacionais.

Observou-se que a maioria das ações desenvolvidas nas esferas impactou positivamente o setor da educação, como vimos na evolução dos IDEB das cidades pesquisadas. Portanto, pode-se dizer que estas contribuem para tal crescimento, ou seja, os

resultados do IDEB anterior motivaram ações que deram subsídio para o crescimento do IDEB posterior.

É preciso lembrar que este estudo não se propôs a discutir a qualidade deste indicador, mas sim, perceber se ele é capaz de influenciar e impactar a gestão da educação municipal. Verificou-se que ele foi relevante para impulsionar “movimento e reflexão” sobre a educação nas localidades, sendo esta a principal conclusão desta pesquisa. Já a relação deste indicador com os padrões de qualidade é algo ainda a ser aprofundado em outra oportunidade.

Com base nestes estudos, pode-se concluir que a construção deste indicador nacional foi avaliada como positiva no contexto das políticas educacionais atuais. Este, de certa forma, estimula mudanças nas realidades municipais, fato que agrega valor ao sistema nacional de avaliação da educação básica. Nota-se, por fim, a ampla abrangência das implicações inerentes ao IDEB, que se origina na esfera federal, mas atinge níveis locais.

No decorrer desta pesquisa algumas limitações foram encontradas. A busca por trabalhos acadêmicos que retratassem de alguma forma ações da Secretaria de Educação bem como das escolas diante do IDEB acabou por reduzir as opções de trabalhos já produzidos, que em sua maioria visava pesquisar apenas a esfera escolar. A maioria dos trabalhos encontrados pesquisava justificavas o desempenho das escolas nesta avaliação nacional, mantendo suas análises apenas sobre o contexto escolar e não sobre o sistema de ensino municipal. Partindo do pressuposto que a escola pública é uma instituição afetada diretamente pelas políticas emanadas pelos órgãos educacionais centrais que compõem a gestão municipal, a procura por estudos mais abrangentes acabou por reduzir a seleção dos resultados.

No que se refere aos resultados encontrados, não podem ser tomados de maneira indiscriminada, pois o desenvolvimento de muitas das ações que foram desencadeadas nas Secretarias de Educação aqui pesquisadas depende de orçamento e, neste quesito, as cidades podem ser muito diferentes entre si.

Este estudo não tem a pretensão de esgotar a questão das implicações do IDEB na gestão municipal da educação de modo que alguns pontos ainda poderão ser aprofundados. Neste sentido, poderão ser feitos estudos buscando conhecer quais são os impactos do IDEB na gestão da educação na esfera estadual, visando conhecer ações que nela são desenvolvidas.

Também, podem ser analisados os impactos deste indicador tendo como referência as diferentes regiões brasileiras, objetivando desvelar ações e experiências educativas que possam ser ressignificadas dentro de uma mesma região.

Além disso, podem-se propor estudos que relacionem a influência dos resultados do IDEB na composição dos orçamentos municipais, indicando a previsão de verbas para ações educacionais para o aumento deste indicador.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, L.C.; DALBEN, A.; FREITAS, L.C. de. (2013). O IDEB: limites e ilusões de uma política educacional. *Educação & Sociedade*, Campinas, 34 (125), 1153-1174. Recuperado em 10 setembro de 2015, de <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87330049008>.

BRASIL. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. (2007). Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Estabelece Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação e dá outras providências.

BRASIL. (2014). Lei nº 13.005, de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

BRASIL. (1996). Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

CASTRO, M.H.G. (2009). A Consolidação da Política de Avaliação da Educação Básica no Brasil. *Revista Meta: Avaliação*, [S.l.], 1(3), 271-296. Recuperado em 24 agosto de 2015, de <<http://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/view/51>.

CHIRINÉA, A.M. (2010). O índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB) e as dimensões associadas à qualidade da educação na escola pública municipal. Dissertação de Mestrado. UNESP - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília. Recuperado em 1 setembro de 2015, de <http://repositorio.unesp.br/handle/11449/96363>.

DUARTE, Natalia de Souza. (2013). O impacto da pobreza no IDEB: um estudo multinível. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, 94 (237), 343-363. Recuperado em 12 setembro de 2015, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-66812013000200002.

FERNANDES, Reinaldo. (2007). Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), (Série Documental. Textos para Discussão, n. 26)

- FREITAS, Luiz Carlos de. (2007). Eliminação adiada: o ocaso das classes populares no interior da escola e a ocultação da (má) qualidade do ensino. *Educação & Sociedade*, Campinas, 28(100), 965-987. Recuperado em 19 agosto de 2015, de <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1628100.pdf>.
- GIL, A. C. (2010). *Como elaborar projetos de pesquisa* (5. ed.). São Paulo: Atlas.
- GODOY, A. S. (1995). Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*, 35 (2), 57-63.
- GODOY, A. S. (2005). Refletindo sobre critérios de qualidade da pesquisa qualitativa. *Revista Eletrônica de Gestão Organizacional*, 3 (2), 81-89. Recuperado em 19 setembro de 2015, de <http://www.revista.ufpe.br/gestaoorg/index.php/gestao/article/viewFile/136/118>.
- MACÊDO, S.D. de. (2011). *Gestão Pedagógica em tempos de IDEB*. Dissertação de Mestrado UECE - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza. Recuperado em 20 setembro de 2015, de <http://www.uece.br/ppge/dmdocuments/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Seandra%20Doroteu%20de%20Mac%C3%AAdo.pdf>.
- MACHADO, C. (2013). Impactos da avaliação externa nas políticas de gestão educativa. *Reice: Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación*, Madrid, Espanha, 11(1): 40-55. Recuperado em 12 setembro de 2015, de <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=55125665004>.
- MACHADO, C.; BRAVO, M.H.; ALAVARSE, O.M. (2012). Avaliação como diretriz das políticas educacionais dos governos federal, estaduais e municipais: o caso brasileiro. *Anais eletrônicos do III CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO*, Zaragoza: Espanha. Recuperado em 5 setembro de 2015, de http://www.anpae.org.br/iberoamericano2012/Trabalhos/OcimarM.Alavarse_res_int_GT3.pdf.
- MESQUITA, S. (2012). Os resultados do IDEB no cotidiano escolar. Ensaio. Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, 20 (76), 587-605. Recuperado em 30 agosto de 2015, de http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40362012000300009&script=sci_arttext.
- NETO, J.L.H. (2010). Avaliação externa de escolas e sistemas: questões presentes no debate sobre o tema. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, 91 (227), 84-104. Recuperado em 27 agosto de 2015, de <http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/view/1512>.

- PAZ, F.M. & RAPHAE, H.S. (2010). O IDEB e a qualidade da educação no ensino fundamental: fundamentos, problemas e primeiras análises comparativas. *Omnia Humanas*, Adamantina, SP, 3 (1), 7-30. Recuperado em 6 setembro de 2015, de <http://www.fai.com.br/portal/ojs/index.php/omniahumanas/article/view/81>.
- ROCHA, S.de S. M. (2013). A inserção do índice de desenvolvimento da educação básica em escolas de ensino fundamental de Teresina - Piauí: um estímulo para a melhoria da educação? Dissertação de mestrado. UNB - Universidade de Brasília, Brasília. Recuperado em 30 agosto de 2015, de <http://repositorio.unb.br/handle/10482/13693>.
- SOARES, J.F.; XAVIER, F.I.P. (2013). Pressupostos Educacionais e Estatísticos do IDEB. *Educação & Sociedade*, Campinas, 34 (124), 903-923. Recuperado em 11 setembro de 2015, de <http://www.scielo.br/pdf/es/v34n124/13.pdf>.
- SANTANA, A. da C. M.; ROTHEN, J.C. (2015). A avaliação externa das escolas e a formação continuada de professores: o caso paulista. *Revista Diálogo Educacional PUCPR*, 15 (44), 89-110. Recuperado em 8 setembro de 2015, de <http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/dialogo?dd1=15032&dd99=view&dd98=pb>.

Recebido 26/01/2017
Aprovado 07/06/2017